



ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS
Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral
(CIDI)



XIII CONFERÊNCIA INTERAMERICANA
DE MINISTROS DO TRABALHO
24 a 26 de setembro de 2003
Salvador, Bahia, Brasil

OEA/Ser.K/XII.13.1
TRABAJO/doc.10/03
23 de setembro 2003
Original: espanhol

**PROJETO DE REGULAMENTO DA
CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE MINISTROS DO TRABALHO**

(provisional)

PROJETO DE REGULAMENTO DA CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE MINISTROS DO TRABALHO

CAPÍTULO I

A CONFERÊNCIA E SUAS FINALIDADES

Artigo 1. A Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho tem o caráter de Conferência Especializada da Organização dos Estados Americanos e tem por fim examinar a situação trabalhista e o progresso alcançado nesse campo pelos Estados membros e fazer recomendações sobre as atividades nacionais e internacionais tendentes à maior participação dos Ministérios do Trabalho no crescimento do emprego e na consecução do progresso social e trabalhista dos Estados membros.

CAPÍTULO II

PARTICIPANTES

Artigo 2. Serão delegados os Ministros do Trabalho ou as autoridades de categoria equivalente dos Estados membros da Organização dos Estados Americanos. As delegações poderão ser constituídas por um representante titular, representantes suplentes, assessores e demais membros que os Governos considerem necessários.

O credenciamento será feito por meio de comunicações escritas dirigidas ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos.

Artigo 3. O Secretário-Geral

O Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, ou seu representante, participará com direito a palavra, mas sem voto, nas deliberações da Conferência.

- a) A Secretaria-Geral encaminhará *ex-officio* aos Governos dos Estados membros a convocatória da Conferência, de acordo com o disposto no artigo 117 da Carta da OEA;
- b) Expedirá os convites aos Governos e organizações a que se refere o artigo 7 desde Regulamento, após aprovação do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) e de comum acordo com o Governo do país sede.

Artigo 4. Outros órgãos e entidades da Organização

Os representantes dos órgãos ou entidades da Organização, cujas esferas de competência estejam relacionadas com o tema ou temas a serem considerados na Conferência, terão direito a palavra, mas não a voto.

Artigo 5. Precedência

A ordem de precedência das delegações será estabelecida mediante sorteio na sessão preparatória.

Artigo 6. Observadores permanentes e demais observadores

Os observadores permanentes junto à Organização dos Estados Americanos ou seus suplentes, após comunicação por escrito ao Secretário-Geral, poderão assistir a Conferência.

Artigo 7. Poderão acreditar observadores junto à Conferência:

- a) os Organismos Especializados Interamericanos e os organismos intergovernamentais regionais americanos, inclusive os de integração regional e sub-regional;
- b) as Nações Unidas e os organismos especializados a ela vinculados que tenham manifestado seu interesse;
- c) os organismos internacionais ou nacionais que mantenham relações de cooperação com a Organização dos Estados Americanos, ou os que, havendo manifestado o seu interesse, forem expressamente aprovados pelo órgão que convocar a Conferência;
- d) os Governos de Estados que não sejam membros da Organização dos Estados Americanos, quando tais Governos tiverem manifestado interesse em participar na Conferência, desde que a resolução de convocação não contenha outras disposições expressas sobre a matéria;
- e) o Secretário-Geral, após consulta com o país sede, poderá convidar a que enviem observadores organismos internacionais governamentais ou não-governamentais de reconhecida autoridade internacional que tenham manifestado interesse nos assuntos a serem considerados na Conferência;
- f) o Secretário-Geral poderá também, de acordo com o país sede, expedir convites especiais a organizações nacionais que representem setores importantes vinculados a Conferência.

Artigo 8. Tanto os observadores permanentes como os demais observadores poderão assistir à sessão de abertura, às sessões plenárias, às sessões dos grupos de trabalho quando forem públicas, às sessões privadas quando forem convidados pelos respectivos presidentes, e à sessão de encerramento. Os observadores poderão fazer uso da palavra nas sessões plenárias e nos grupos de trabalho, desde que o respectivo presidente assim o decida.

Artigo 9. A Secretaria-Geral proporcionará tanto aos observadores permanentes como aos demais observadores as atas das sessões públicas e os outros documentos oficiais desta Conferência, com exceção daquelas cuja distribuição se tenha decidido restringir.

Convidados especiais

Artigo 10. Quando participarem na Conferência convidados especiais, de acordo com o artigo 12 das Normas sobre Conferência Especializadas Interamericanas, poderão eles assistir à sessão de abertura; às sessões plenárias, quando não forem privadas; às sessões privadas, quando forem convidados pelos respectivos presidentes; e à sessão de encerramento.

CAPÍTULO III

AUTORIDADES DA CONFERÊNCIA

Artigo 11. A Conferência terá um Presidente, eleito dentre os titulares das delegações. Os titulares das demais delegações serão vice-presidentes *ex-officio* da Conferência e substituirão o Presidente na ausência ou impedimento do mesmo, de acordo com a ordem de precedência.

Artigo 12. Compete ao titular da delegação do país sede da Conferência anterior atuar como Presidente Provisório até que a Conferência eleja seu Presidente na sessão preparatória. Em caso de ausência do Presidente Provisório, será ele substituído por um dos vice-presidentes, de acordo com a ordem de precedência estabelecida na Conferência anterior.

Artigo 13. São atribuições do Presidente:

- a) presidir as sessões plenárias da Conferência e submeter à sua consideração os assuntos de acordo com a ordem do dia;
- b) convocar as sessões plenárias e estabelecer a ordem do dia das mesmas;
- c) orientar as discussões, dar a palavra aos delegados na ordem em que a pedirem, submeter a votação os pontos em discussão e anunciar o resultado;
- d) decidir as questões de ordem sem prejuízo de que, se uma delegação o solicitar, a decisão tomada seja submetida à Conferência
- e) tomar as medidas necessárias para facilitar os trabalhos da Conferência e assegurar que sejam cumpridas as disposições deste Regulamento; e
- f) após aprovação da Conferência, limitar prudentemente o tempo para as intervenções dos oradores.

CAPÍTULO IV

SECRETARIA

Artigo 14. A Secretaria-Geral, como órgão central e permanente da Organização, é Secretaria da Conferência. O Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos designará um funcionário que será o Coordenador dos serviços de secretaria da Conferência.

Artigo 15. São atribuições do Coordenador da Conferência:

- a) organizar, dirigir e coordenar o trabalho dos funcionários e empregados da Secretaria;
- b) receber e distribuir a correspondência oficial da Conferência e a ela responder;
- c) distribuir a ordem do dia às delegações;
- d) distribuir oportunamente às delegações todos os documentos da Conferência;
- e) encaminhar os documentos originais e os demais documentos da Conferência à Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, para que esta os conserve em seu arquivo permanente; e
- f) exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas por este Regulamento, pelo Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos ou pela Conferência.

Artigo 16. A Unidade de Desenvolvimento Social e Educação da Secretaria-Geral da OEA será a Secretaria Técnica Permanente do Sistema Interamericano do Trabalho.

Artigo 17. São atribuições da Secretaria Técnica Permanente:

- a) preparar os documentos técnicos de que for incumbida pelos Estados membros antes da Conferência, e os documentos de trabalho para a Conferência e seus órgãos assessores;
- b) servir de secretaria técnica das reuniões da Conferência e das dos órgãos assessores;
- c) assessorar os relatores dos grupos de trabalho da Conferência na elaboração dos respectivos relatórios para sua aprovação final;
- d) dirigir a preparação das sessões plenárias e dos grupos de trabalho e preparar as atas finais; e
- e) designar o funcionário da Unidade que atuará como Secretário Técnico Permanente da Conferência e dos órgãos assessores.

Artigo 18. O governo do país sede designará um Coordenador, que terá a seu cargo a coordenação dos serviços locais.

CAPÍTULO V

COMISSÕES DA CONFERÊNCIA

Artigo 19. Haverá uma Comissão de Coordenação, uma Comissão de Credenciais, uma Comissão de Redação e os grupos de trabalho que a Conferência considerar necessários.

Artigo 20. A Comissão de Coordenação será composta dos presidentes dos grupos de trabalho e será presidida pelo Presidente da Conferência. Promoverá o bom andamento dos trabalhos e, com tal objetivo, formulará as recomendações que considerar pertinentes.

A Comissão reunir-se-á quando seu Presidente a convocar por iniciativa própria ou a pedido de um dos seus membros.

Artigo 21. A Comissão de Credenciais será composta de três delegações designadas na primeira sessão plenária; examinará as credenciais das delegações e submeterá oportunamente à Conferência seu relatório a respeito da matéria.

Artigo 22. A Comissão de Redação será composta das delegações designadas na primeira sessão plenária e cada delegação representará um dos quatro idiomas oficiais.

A Comissão de Redação terá a seu cargo a coordenação dos textos dos documentos da Conferência nos idiomas oficiais com o objetivo de assegurar sua fidelidade e de introduzir as modificações de forma que considerar necessárias.

Artigo 23. Os grupos de trabalho terão a seu cargo o estudo dos diversos assuntos que constem da agenda. Todas as delegações terão o direito de ser representadas nos grupos de trabalho. Cada grupo de trabalho elegerá um presidente e um vice-presidente.

Artigo 24. Os grupos de trabalho poderão nomear os subgrupos que considerarem necessários para o estudo dos temas designados para sua consideração. Os delegados que não fizerem parte de um sub-grupo de trabalho, terão direito de participar com direito a palavra, mas sem voto.

Artigo 25. As recomendações dos grupos de trabalho serão consignadas na ata final da Conferência.

Artigo 26. As disposições deste Regulamento sobre procedimento, discussão e votação vigorarão também nas sessões plenárias e nos grupos de trabalho, na medida em que forem aplicáveis.

CAPÍTULO VI

SESSÕES DA CONFERÊNCIA E DE SUAS COMISSÕES

Artigo 27. A Conferência realizará uma sessão preparatória; a sessão de abertura; sessões plenárias, que poderão ser públicas ou privadas; e sessão de encerramento. Os grupos de trabalho realizarão sessões públicas ou privadas.

Artigo 28. Os representantes titulares realizarão, antes da primeira sessão plenária da Conferência, uma sessão preparatória de caráter privado com uma ordem do dia que compreenderá o seguinte:

- a) estabelecimento da ordem de precedência;
- b) acordo sobre o Regulamento;
- c) acordo sobre a eleição do Presidente da Conferência;
- d) acordo sobre a agenda;
- e) acordo sobre as Comissões de Credenciais e de Redação;
- f) acordo sobre o método de trabalho e a constituição de grupos de trabalho;
- g) prazo para a apresentação de proposições;
- h) consideração da distribuição de documentos pelos grupos de trabalho e dos projetos que não tenham clara relação com os temas da agenda;
- i) acordo sobre a duração aproximada da Conferência; e
- j) assuntos diversos.

Na primeira sessão plenária proceder-se-á à aprovação dos acordos adotados na sessão preparatória, excetuando-se o que se refere à eleição do Presidente, que terá caráter definitivo a partir do momento de sua adoção.

Artigo 29. O *quorum* das sessões plenárias da Conferência será constituído pela presença das delegações da maioria dos Estados membros da OEA, que participarem da Conferência.

Artigo 30. As decisões das sessões plenárias exigirão o voto afirmativo da maioria das delegações dos Estados que participarem na Conferência; e as dos grupos de trabalho, o voto afirmativo da maioria dos membros presentes.

Artigo 31. As votações serão realizadas levantando-se a mão; entretanto, qualquer representante poderá pedir votação nominal, a qual se fará de acordo com a ordem de precedência das delegações.

Nenhum representante poderá interromper uma votação, salvo para questão de ordem no que diz respeito à forma por que estiver sendo realizada a votação. A votação terminará quando o Presidente houver proclamado o seu resultado.

Artigo 32. Nas sessões plenárias não serão considerados projetos de resolução, relatórios ou proposições que não tenham sido estudados pelo grupo de trabalho competente, a não ser que, por maioria absoluta das delegações, se resolva o contrário ou os que surjam dos debates.

Artigo 33. Tanto nas sessões plenárias como nas sessões dos grupos de trabalho as deliberações limitar-se-ão a assuntos relacionados com a agenda.

Artigo 34. As sessões da Conferência serão públicas. Entretanto, se o determinar o Presidente, ou se o solicitar qualquer dos representantes, a sessão será privada e continuará com tal caráter, salvo decisão em contrário da Conferência.

Artigo 35. Nas discussões serão observadas as seguintes normas:

- a) As proposições deverão ser apresentadas por escrito à Secretaria, a qual distribuirá cópias das mesmas a todas as delegações, 24 horas antes da sessão em que devam ser discutidas. Entretanto, o corpo respectivo, se o considerar procedente, poderá autorizar a discussão e mesmo a votação de promoções que não houverem sido distribuídas com a devida antecedência.
- b) Encerrada a discussão das proposições e suas emendas, proceder-se-á à votação.
- c) As proposições sobre um mesmo tema serão submetidas a votação na ordem em que forem apresentadas.
- d) As emendas serão submetidas a discussão e votação antes de votar-se o artigo ou proposição que tendam a modificar. Quando forem apresentadas várias emendas a uma mesma proposição, será votada em primeiro lugar a que mais se afaste da proposição original. Seguir-se-á o mesmo critério na votação das demais emendas, porém, quando a aprovação de uma emenda implicar necessariamente a exclusão de outra, esta última não será submetida a votação.
- e) Não se considerará emenda a proposição que tenda a substituir totalmente a proposição ou que não tenha com esta relação direta.
- f) Se forem aprovadas uma ou mais emendas, será posta em votação em seu conjunto, a proposição assim modificada.
- g) As proposições e as emendas serão votadas por partes quando o solicitar qualquer representante. Em seguida, serão votadas, em seu conjunto, as partes que houverem sido aprovadas.

- h) Quando uma proposição ou emenda houver sido aprovada ou rejeitada, não poderá ser objeto de novo exame, a não ser que assim se decida pelo voto de dois terços das delegações que constituam o corpo respectivo.

CAPÍTULO VII

PROJETO E DOCUMENTOS DE TRABALHO

Artigo 36. Os documentos destinados à Conferência serão: a) documentos de trabalho sobre os temas de agenda; b) documentos de referência relacionados com os temas da agenda; e c) projetos ou proposições apresentadas pelas delegações.

Artigo 37. Os projetos, estudos e relatórios deverão indicar o tema da agenda com o qual se relacionam e serão encaminhados pela Secretaria aos grupos de trabalho competentes.

Artigo 38. Os projetos que, a juízo de qualquer delegação ou da Secretaria Técnica da Conferência, não tiverem clara relação com os temas da agenda, serão considerados previamente pela Comissão de Coordenação, a qual fará recomendações a um dos grupos de trabalho para que decida se procede ou não o seu estudo.

Artigo 39. Qualquer projeto de atividade que tenha implicações financeira para a Organização dos Estados Americanos deverá ser apresentado, para a respectiva consideração pela Conferência, acompanhado de estimativa do seu custo. Entretanto, a execução do projeto aprovado ficará sujeita a decisão do órgão competente.

CAPÍTULO VIII

IDIOMAS OFICIAIS

Artigo 40. São idiomas oficiais da Conferência o espanhol, o francês, o inglês e o português.

Artigo 41. Os documentos poderão ser distribuídos, conforme o caso, em um só dos idiomas oficiais, porém as resoluções, recomendações, acordos, relatórios e atas finais da Conferência deverão ser distribuídos nos quatro idiomas oficiais.

CAPÍTULO IX

ATAS, RELATÓRIO FINAL E ARQUIVOS DA SECRETARIA

Artigo 42. Haverá uma ata final da Conferência da qual constarão, além das conclusões e decisões da mesma, os antecedentes sobre sua organização, a lista de participantes e a informação básica sobre o desenvolvimento da Conferência.

Artigo 43. O Coordenador da Conferência encaminhará o original da ata final à Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, a qual remeterá cópias da mesma aos Governos dos Estados membros e aos organismos participantes na Conferência.

Artigo 44. O Coordenador da Conferência fará entrega ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, ao encerrar-se a Conferência, de todos os documentos e arquivos da mesma, para os fins previstos no artigo precedente e para seu depósito e custódia na Secretaria-Geral da Organização, de acordo com o artigo 117 da Carta da OEA.

CAPÍTULO X

MODIFICAÇÕES

Artigo 45. Os casos não previstos neste Regulamento serão decididos pela Conferência, levando em conta as disposições do seu Regimento e das normas gerais de procedimento constantes do Regulamento do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral.

CAPÍTULO XI

DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA

Este Regulamento vigorará provisoriamente até sua aprovação definitiva pela Conferência.